

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Folha de São Paulo Class.: AM - CPI
Data 17.04.79 Pg.: 29 394

Investigação ampla da Amazônia, promete CPI

'O governo é contra risco na Amazônia'

BRASILIA (Sucursal) — A Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Amazônia, do Senado, será instalada amanhã, pretendendo o seu presidente, senador Evandro Carneira (MDB-AM), investigar desde a ação das multinacionais na região, até ao massacre de grupos indígenas com o objetivo de favorecer os seringalistas e empresas agrícolas.

Entre as pessoas a serem convocadas pela CPI, estão o general Hugo Abreu, ex-chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, o ministro do Interior, Mário Andreazza, o capitão Heitor Aquino, secretário particular do presidente da República, o milionário Daniel Ludwig, proprietário do Projeto Jari.

ECOLOGIA

Na sessão da instalação, o senador Carneira sugerirá que a CPI funcione pelo menos três dias por semana e que desde as suas primeiras sessões promova debates entre depoentes cujas posições sejam reconhecidamente opostas. Com isto deseja impedir o que ocorre com a grande maioria das comissões parlamentares de inquéritos, cujos depoimentos, são tomados de dez em dez dias e não chegam a aprofundar suas investigações.

Pretende o senador Carneira, que sejam convocadas de imediato, já para a semana vindoura, as seguintes pessoas: tenente-brigadeiro Pedro Frazão Medeiros de Lima, do Centro de Pesquisas Aeroespaciais de São José dos Campos, cujo depoimento será decisivo para comprovar a devastação verificada pelo Projeto Radam; Warwick Kerr, ex-presidente do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia; Herbert Schuber, diretor de Ecologia do Inpa; Enéas Salatti, atual presidente do Inpa; Haroldo Silly, do Instituto Max-Planck, da Alemanha, que passou 20 anos na Amazônia.

Fazem parte da lista dos primeiros de pontes, que inclusive participarão do debate, a sra. Clara Pandolfo, da Sudam, e Paulo Alvim, de Cepalc, segundo o qual não há maior importância em devastar algumas regiões da Amazônia. A CPI quer saber se ambos são realmente a favor dos chamados

“contratos de risco para exploração de madeira” e quais seus argumentos.

Na investigação do Projeto Jari, acha o presidente da CPI imprescindível uma visita à região, entre o Amapá e o Pará, e os depoimentos do sr. Daniel Ludwig, a do general Hugo Abreu, segundo o qual o milionário norte-americano teria sido beneficiado pelo sr. Heitor de Aquino. Outro que terá de depor, segundo o senador Carneira é o ex-presidente do Inpra, Lourenço Vieira, que será convocado para explicar como um norte-americano conseguiu possuir dentro da Amazônia, uma área semelhante à da Holanda.

MASSACRE

Funcionando pelo menos três dias por semana, a CPI poderá,

no entender de seu presidente, fazer um levantamento abrangente dos problemas da região. Alguns deles terão, enfatiza o senador Carneira de ser investigados, como, por exemplo, a grilagem de terras, as distorções na concessão de incentivos fiscais, a atuação da Sudam, e a “escravidão branca”.

“O nosso objetivo — assegura o senador Carneira — é de enfrentar todos os problemas. Tenho, por exemplo, várias denúncias sobre massacres de índios, orientadas por seringueiros e latifundiários. Uma delas, na fronteira com o Peru, impressionou-me mais. É a de destruição dos Mairunas. Hoje, convencidos de que estão condenados, eles matam as crianças do sexo feminino quando nascem. Tudo isto vamos apurar, doa a quem doer”.

Exploração florestal ainda sem explicação

BRASILIA (Sucursal) — Coincidindo com a presença hoje na Câmara do ministro Mário Andreazza, que fará uma palestra aos parlamentares sobre as metas e programas de sua pasta, o deputado João Cunha, do MDB paulista, apresentará à mesa, requerimento convocando o ministro do Interior para esclarecer, em plenário, os anunciados contratos de risco para exploração madeireira na região amazônica.

Na justificativa do requerimento convocatório, o representante oposicionista afirma que as explicações oficiais para criar os contratos de utilização florestal, a risco, não convenceram o povo brasileiro da sua necessidade e justiça. Os brasileiros, frisou ele, marginalizados, não puderam até agora analisar e discutir os motivos alegados para a implantação daqueles contratos de exploração da madeira da Amazônia.

Diz Cunha que os interesses estrangeiros têm recebido atenções especiais e proteção por parte do regime, razão porque se impõe por parte do povo mais

cautela em relação ao governo e seus planos. Lembrou então ser intenção entregar, através dos contratos de risco, grandes áreas a grupos estrangeiros para explorar a madeira, visando com isso obter recursos para saldar a dívida externa do País, em torno de 40 bilhões de dólares.

Justifica ainda João Cunha a necessidade da presença do ministro do Interior na Câmara, para esclarecer com detalhes os contratos de utilização florestal, argumentando com o fato de que a região amazônica representa uma das últimas grandes áreas verdes do mundo, e por isso mesmo responsável pelo equilíbrio ecológico da terra. Em sua opinião, a grande maioria do povo brasileiro é contrária à devastação e exploração mineral da Amazônia por grupos estrangeiros.

Lembrou ainda o parlamentar paulista que dos 320 milhões de hectares de floresta amazônica, cerca de 10 milhões já sofreram ação predatória de grandes grupos econômicos, nacionais e estrangeiros, a título de “investimento”.

CANELA (do enviado especial) — O presidente do IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) Carlos Galluff, disse ontem em Canela, na abertura do 5.º Encontro Nacional dos Reflorestadores, que “reiteradamente, a orientação do governo é contrária a qualquer exame dos chamados contratos de risco para a Amazônia, e reafirmamos aqui a nossa posição, firme e inabalável, da qual não recuaremos, em nenhuma hipótese, de conservar a Amazônia como um bem inalienável de todos os brasileiros”.

A afirmação foi feita perante um grupo de aproximadamente 300 reflorestadores do País inteiro, reunidos ontem à noite no Hotel Lage de Pedra, em Canela, município turístico a cerca de 100 quilômetros de Porto Alegre. O encontro que visa identificar as principais reivindicações do setor, e que foi aberto pelo governador do Rio Grande do Sul, José Augusto do Amaral de Souza, vai até o dia 20, quando será divulgado o conteúdo de um documento a ser enviado ao presidente da República.

Carlos Galluff, no pronunciamento que fez, salientou ainda o apelo lançado aos reflorestadores brasileiros — quando tomou posse na presidência do órgão, no sentido de definir responsabilidades perante as diretrizes e a orientação que o governo federal se propõe a seguir no âmbito do desenvolvimento florestal. Assim sendo, “merece destaque a potencialidade das terras destinadas ao reflorestamento, para que elas possam, também, produzir alimentos de forma a aumentar a oferta de produtos agrícolas, elevando, consequentemente o nível de vida das populações rurais, que se fixarão cada vez mais ao campo”.

Segundo o presidente do IBDF, a combinação reflorestamento-agricultura paralela resultará numa melhor utilização da terra e dos recursos financeiros aplicados no reflorestamento, provando à nação o valor e a força do empresário florestal.